

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ -  
CAGECE

Relatório de revisão do auditor  
independente

Informações contábeis intermediárias  
Em 30 de junho de 2019

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Informações contábeis intermediárias  
Em 30 de junho de 2019

## Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais

## RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos  
Acionistas e Conselheiros da  
Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE  
Fortaleza-CE

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos, também, as Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), referentes aos períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2019 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e aos períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 20 de março de 2019 e 14 de agosto de 2018, respectivamente, que não conteve nenhuma modificação.

Fortaleza, 09 de agosto de 2019

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

## Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	30/06/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	735	1.206
Aplicações financeiras	6	169.020	162.905
Depósitos vinculados	7	106.465	78.381
Contas a receber de clientes	8	296.710	269.913
Estoques		15.612	17.316
Tributos a recuperar		9.049	8.741
Adiantamentos a empregados		6.733	4.447
		<u>604.324</u>	<u>542.909</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Projeto Alvorada - recursos aplicados	9	174.829	174.829
Projeto KfW II - recursos aplicados	9	53.769	53.720
Depósitos judiciais	10	6.433	8.527
Depósitos para reinvestimento		5.061	4.414
Depósitos vinculados a garantias	11	13.341	12.915
Ativos financeiros - contratos de concessão	12	278.863	224.361
Outros ativos		120	115
Imobilizado	13	53.738	43.078
Ativo de contrato	14	377.154	309.488
Intangível	15	2.336.804	2.421.020
		<u>3.300.112</u>	<u>3.252.467</u>
Total do ativo		<u>3.904.436</u>	<u>3.795.376</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

## Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

### Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	30/06/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	16	127.975	124.618
Arrendamento Mercantil	17	13.661	-
Empréstimos e financiamentos	18	60.998	61.125
Obrigações sociais		31.115	34.572
Incentivo à aposentadoria - PRSP	19	35.565	34.980
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		12.111	1.863
Tributos a recolher		26.921	24.807
Acordos judiciais a pagar		9.401	9.400
Dividendos a distribuir		3	32.144
Outras obrigações		3.527	3.641
		<u>321.277</u>	<u>327.150</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	18	307.649	335.971
Arrendamento Mercantil	17	890	-
Incentivo à aposentadoria - PRSP	19	66.077	63.745
Tributos a recolher		22.651	24.974
Projeto Alvorada - recursos recebidos	9	174.468	174.468
Projeto KfW II - recursos recebidos	9	49.469	49.469
Recursos recebidos Governo do Estado		64.277	-
Acordos judiciais a pagar		3.917	8.617
Provisão para contingências	20	56.380	57.852
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	22	144.400	138.046
Garantias contratuais de fornecedores		3.934	3.718
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	21	156.870	170.469
		<u>1.050.982</u>	<u>1.027.329</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	23	1.977.904	1.869.622
Reserva de lucros	24	51.212	170.259
Ajuste de avaliação patrimonial	24	475.942	489.554
Resultado do período		115.657	-
Outros resultados abrangentes	22	(88.538)	(88.538)
		<u>2.532.177</u>	<u>2.440.897</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>3.904.436</u></u>	<u><u>3.795.376</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

## Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	30 de junho de 2019		30 de junho de 2018	
		Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita líquida de serviços	32	406.433	757.043	356.154	685.749
Custos dos serviços prestados	33	(188.145)	(401.425)	(167.635)	(336.667)
Custos de construção	33	(19.018)	(45.236)	(24.183)	(40.012)
		<u>(207.163)</u>	<u>(446.661)</u>	<u>(191.818)</u>	<u>(376.679)</u>
Lucro bruto		199.270	310.382	164.336	309.070
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	34	(45.576)	(84.561)	(40.632)	(75.899)
Despesas administrativas	35	(65.372)	(133.231)	(47.848)	(109.940)
Outras despesas, líquidas		(1.818)	(4.894)	(1.417)	(4.106)
		<u>(112.766)</u>	<u>(222.686)</u>	<u>(89.897)</u>	<u>(189.945)</u>
Lucro operacional		86.504	87.696	74.439	119.125
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	36	19.268	81.295	7.264	31.155
Despesas financeiras	36	(11.205)	(40.988)	(40.472)	(58.754)
		<u>8.063</u>	<u>40.307</u>	<u>(33.208)</u>	<u>(27.599)</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		94.567	128.003	41.231	91.526
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	26	(38.518)	(55.351)	(14.622)	(36.295)
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	26	15.794	15.794	7.915	13.022
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	26	8.063	13.599	1.267	5.861
		<u>(14.661)</u>	<u>(25.958)</u>	<u>(5.440)</u>	<u>(17.412)</u>
Lucro líquido do período		<u>79.906</u>	<u>102.045</u>	<u>35.791</u>	<u>74.114</u>
Resultado por lote de mil ações do capital social no fim do período - R\$					
Ações ordinárias	31		0,56		0,42
Ações preferenciais	31		<u>0,60</u>		<u>0,46</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações do resultado abrangente  
Períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	30 de junho de 2019		30 de junho de 2018	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro líquido do período	79.906	102.045	35.971	74.114
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>79.906</u>	<u>102.045</u>	<u>35.791</u>	<u>74.114</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2017	1.760.097	22.359	22.197	13.501	76.162	518.025	(84.011)	-	2.328.330
Integralização de capital	109.525	-	-	(16.847)	(76.154)	-	-	-	16.524
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 23)	-	-	-	-	-	(14.702)	-	14.702	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	74.114	74.114
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	3.346	-	-	-	-	3.346
Em 30 de junho de 2018	<u>1.869.622</u>	<u>22.359</u>	<u>22.197</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>503.323</u>	<u>(84.011)</u>	<u>88.816</u>	<u>2.422.314</u>
Em 31 de dezembro de 2018	1.869.622	28.995	22.197	22.629	96.438	489.554	(88.538)	-	2.440.897
Distribuição de dividendos (AGO - 29/04/2019)	-	-	-	-	(34.347)	-	-	-	(34.347)
Aumento de capital (AGE - 29/04/2019)	108.282	-	-	(22.629)	(62.071)	-	-	-	23.582
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 23)	-	-	-	-	-	(13.612)	-	13.612	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	102.045	102.045
Em 30 de junho de 2019	<u>1.977.904</u>	<u>28.995</u>	<u>22.197</u>	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>475.942</u>	<u>(88.538)</u>	<u>115.657</u>	<u>2.532.177</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	30/06/2019	30/06/2018
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		128.003	91.526
Depreciação e amortização	12 e 14	123.219	71.188
Valor residual da baixa de ativos imobilizados e intangíveis	12 e 14	15.395	16.181
Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	11	(49.925)	(10.520)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	25.050	21.630
Constituição/Reversão de contingência	19	4.052	(38.882)
Provisão incentivo à aposentadoria - PRSP	18	18.979	(27.160)
Atualização da provisão incentivo a aposentadoria - PRSP	18	7.579	(4.668)
Ajuste a valor presente - PRSP	18	(6.661)	8.170
Provisão atuarial - Benefício definido Plano de saúde		6.354	-
Atualização monetária de depósitos judiciais e REFIS		279	165
Juros e variações monetária e cambial		12.017	43.583
Tributos diferidos		(13.599)	-
Rendimento aplicações financeiras		(4.777)	(4.367)
		<u>265.965</u>	<u>166.846</u>
Variações nos ativos e passivos			
Depósitos vinculados a convênios		(26.180)	(19.679)
Contas a receber de clientes		(51.847)	(31.983)
Estoques		1.704	(1.805)
Tributos a recuperar		(4.105)	(240)
Depósitos para reinvestimento		(522)	6.786
Outros ativos		(2.206)	5.531
Fornecedores		3.357	1.135
Incentivo à aposentadoria - PRSP	18	(16.980)	33.070
Imposto de renda e contribuição social a recolher		27.487	3.781
Tributos a recolher		(756)	(5.475)
Acordos judiciais a pagar		(4.699)	22.717
Provisão para contingências		(4.235)	-
Projetos Alvorada e KfW II		(49)	(1.919)
Outros passivos		(3.241)	(2.870)
Caixa proveniente das operações		<u>183.693</u>	<u>175.895</u>
Juros pagos		(12.595)	(13.332)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(39.400)	(11.957)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>131.698</u>	<u>150.606</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(3.624)	(58.320)
Aquisição de imobilizado/intangível	12/14	(106.624)	(69.487)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(110.248)</u>	<u>(127.807)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de empréstimos	17	(28.261)	(25.770)
Ingressos de empréstimos	17	1.209	3.119
Recursos recebidos do Governo		5.131	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(21.921)</u>	<u>(22.651)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa		<u>(471)</u>	<u>148</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.206	1.088
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		735	1.236
Redução de caixa e equivalentes de caixa		<u>(471)</u>	<u>148</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

## Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas		
Vendas brutas de serviços	784.360	711.556
Venda brutas de construções	45.236	40.012
Outras receitas	1.259	759
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (constituição)	(25.050)	(21.631)
	<u>805.805</u>	<u>730.696</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica	(57.027)	(52.345)
Água bruta	(32.873)	(29.268)
Materiais de tratamento	(27.928)	(26.572)
Materiais e serviços de conservação e manutenção dos sistemas	(45.929)	(37.155)
Serviços prestados por terceiros e outros materiais e serviços	(179.182)	(148.763)
Créditos de insumos	21.686	22.228
Custos de construções	(45.236)	(40.012)
	<u>(366.489)</u>	<u>(311.887)</u>
Valor adicionado bruto	<u>439.316</u>	<u>418.809</u>
Depreciação e amortização	(123.219)	(71.188)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>316.097</u>	<u>347.621</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	34.464	21.717
Receita financeira - ativo financeiro	49.926	10.521
	<u>84.390</u>	<u>32.238</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>400.487</u>	<u>379.859</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal em encargos		
Remuneração direta	85.804	86.339
Benefícios	31.474	24.763
FGTS	5.357	5.507
Honorários de diretoria	1.492	1.516
Participação dos empregados nos lucros	(277)	140
Planos de aposentadorias e pensão	12.318	18.990
	<u>136.168</u>	<u>137.255</u>
Impostos, taxas, contribuições, concessões e agentes reguladores		
Federais	103.370	86.601
Estaduais	1.399	1.185
Municipais	1.347	627
Agentes reguladores	7.774	7.137
Taxa de concessão da prefeitura de Fortaleza	5.828	5.302
	<u>119.718</u>	<u>100.852</u>
Financiadores		
Juros	12.477	11.275
Outras despesas financeiras	28.511	47.479
Aluguéis	1.568	8.884
	<u>42.556</u>	<u>67.638</u>
Remuneração de capital próprio		
Lucros retidos	102.045	74.114
Dividendos	-	-
	<u>102.045</u>	<u>74.114</u>
Valor adicionado distribuído	<u>400.487</u>	<u>379.859</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia" ou "CAGECE") é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971 com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia atuava em 152 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Atualmente a Cagece está atuando no município de Cariús e nos distritos de Sobral (Aprazível, Jaibara e Taperuaba) com contrato de delegação vencido, tendo em vista que os mesmos estão em processo de regularização da delegação.

2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Na elaboração das informações contábeis intermediárias foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará em 02 de maio de 2019, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstradas na nota explicativa 3.1. As presentes informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações contábeis, para melhor compreensão das informações apresentadas.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A emissão destas informações financeiras intermediárias foi autorizada pelos membros da Diretoria Colegiada em 06 de agosto de 2019.

## 2.1 Prática contábil - Custo atribuído

A Administração fez uso da faculdade prevista no item 19 do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para revisar os valores registrados no ativo financeiro, imobilizado e intangível pelo critério do custo atribuído. Com isso, afastou-se em caráter excepcional a aplicação do item 22 do ICPC 10, primeira parte, e item 31 do CPC 37, especificamente para as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e somente para os bens integrantes do patrimônio da Companhia em 1º de janeiro 2009.

Essa decisão mostrou-se como sendo a única capaz a corrigir discrepâncias existentes na contabilidade da Companhia, decorrentes do uso do critério do custo histórico para contabilização patrimonial com ausência de suporte documental, o que levou, entre outras medidas, à abstenção de opinião dos auditores independentes da Companhia para os exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013, bem como a dificuldades nos procedimentos tarifários levados a efeito pela autoridade reguladora de água e saneamento do Estado do Ceará.

Além disso, o uso da faculdade do item 19 do CPC 26 também se revelou capaz de solucionar os questionamentos levantados pela CVM no Processo CVM nº RJ-2015-3093, tendo por objetivo adequar as demonstrações contábeis à realidade patrimonial da Companhia, bem como oferecer informações úteis e fidedignas aos usuários das demonstrações contábeis, nos termos do item 9 do CPC 26. Após o ajuste, refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as movimentações do ativo financeiro, imobilizado e intangível foram realizadas a custo de aquisição, restaurando a normalidade da aplicação das regras contábeis.

3. Principais mudanças nas políticas contábeis - Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a abordagem de transição simplificada que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior. Com isso os contratos em vigência relativos a arrendamentos que estão no alcance do pronunciamento foram mensurados na data de transição (01/01/2019).

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo.

As alterações significativas decorrentes da adoção inicial do CPC 06(R2) (IFRS 16) na Companhia foram:

- Começo do prazo de arrendamento mercantil - a Companhia definiu o início do prazo de arrendamento mercantil a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, a Companhia determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas, e preparação do ambiente físico;
- Prazo de arrendamento mercantil - período pelo qual a Companhia contratou o arrendamento mercantil;
- Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário - a Companhia considerou, para todos os contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles alugueis contratados na data de assinatura;
- Depreciação do ativo de direito de uso - Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações;
- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento - O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

- Valor recuperável do ativo de direito de uso - A Companhia continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade.

A adoção da referida norma trouxe impactos de incremento de igual valor nas contas patrimoniais de ativo imobilizado e em arrendamentos financeiros conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>Valor</u>
Ativo	
Imobilizado (ativos de direito de uso)	16.475
Passivos	
Passivos de arrendamento	16.475
Passivo fiscal diferido	-
	<u>                    </u>
Impacto líquido no patrimônio líquido	<u>                    </u> <u>                    </u>

4. Reapresentação dos saldos comparativos - Receita de Contrato com Cliente

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

Com a adoção desta nova norma contábil, a Cagece passou a registrar no balanço patrimonial a rubrica Ativo de Contrato. Este montante era anteriormente reconhecido como parte do Ativo Intangível e foi, portanto, reclassificado, não impactando a demonstração do resultado. O impacto da adoção em 1º de janeiro de 2019 está apresentado a seguir:

Ativo	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2018 reapresentado
	Originalmente apresentado	Efeito do CPC 47	
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.206	-	1.206
Aplicações financeiras	162.905	-	162.905
Depósitos vinculados	78.381	-	78.381
Contas a receber de clientes	269.913	-	269.913
Estoques	17.316	-	17.316
Tributos a recuperar	8.741	-	8.741
Adiantamentos a empregados	4.447	-	4.447
	<u>542.909</u>	-	<u>542.909</u>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Projeto Alvorada - recursos aplicados	174.829	-	174.829
Projeto KfW II - recursos aplicados	53.720	-	53.720
Depósitos judiciais	8.527	-	8.527
Depósitos para reinvestimento	4.414	-	4.414
Depósitos vinculados a garantias	12.915	-	12.915
Ativos financeiros - contratos de concessão	224.361	-	224.361
Outros ativos	115	-	115
Imobilizado	43.078	-	43.078
Ativo de contrato	-	309.488	309.488
Intangível	<u>2.730.508</u>	<u>(309.488)</u>	<u>2.421.020</u>
	<u>3.252.467</u>	-	<u>3.252.467</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><u>3.795.376</u></u>	<u>-</u>	<u><u>3.795.376</u></u>

A referida reapresentação dos saldos não trouxe efeitos na demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas.

## 5. Gestão de risco financeiro

### 5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.



Visando ao aprimoramento contínuo da governança, em 2017 foi criada a Gerência de Governança, Riscos e Compliance - GRC, vinculada à Diretoria de Planejamento e Captação de Recursos - DPC, com o objetivo de planejar e gerir ações corporativas, adotando uma abordagem sistêmica para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos, controles internos, gestão de riscos, governança e compliance, tendo como base as exigências legais preconizadas pela Lei Nº 13.303 - Lei de Responsabilidade das Estatais, além de adotar as recomendações estabelecidas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

A área de riscos da Cagece, subordinada à GRC, têm como atribuição coordenar os processos de implantação, avaliação e manutenção da gestão de processos, gestão de riscos e controles internos, com vistas a melhoria do desempenho organizacional, redução do impacto dos riscos e disseminação da cultura de controles internos na Cagece.

A partir da implementação do modelo de gestão de riscos, estão sendo mapeados todos os riscos dos macroprocessos da Cadeia de Valor da Cagece, de modo a fortalecer os controles internos e permitir uma tomada de decisão pelos gestores pautada na análise dos indicadores de riscos. Além dos aspectos gerenciais, a gestão de riscos fortalecerá a transparência dos processos gerenciais, bem como a definição de critérios para priorização de investimentos e recursos.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap", no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, ao dólar estadunidense, estava assim representada em milhares de reais:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 16)	208.352	219.800
Cotação do USD	3,8322	3,8595
Empréstimos e financiamentos com o BID em USD	54.369	56.950

ii) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 30 de junho de 2019, a Companhia possuía R\$ 160.294 (R\$ 177.296 em 31 de dezembro de 2018) (Nota17) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR), (TJLP) e (LIBOR).

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 5.1. (d).

b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes e caixas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativo financeiro - contratos de concessão.

Com relação ao saldo de caixa e equivalentes e caixas e aplicações financeiras a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, conforme divulgado na nota 4.3.

Com relação ao saldo de contas a receber, a Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos:

- Particulares - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.);
- Órgãos públicos - serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia;
- Serviços indiretos - trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Amparada pela Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Companhia, baseada no § 2º do inciso V do art.40, pode interromper os serviços quando do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado em um prazo de 30 dias.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

Com relação ao ativos financeiros, os riscos relativos são considerados bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente.

#### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Colegiada.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: (1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); (2) excesso de arrecadação; e (3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto e longo prazo, dependendo da expectativa de gasto dos recursos, visando melhorar a eficiência e rentabilidade das aplicações, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

▪ Em 30 de junho de 2019

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	60.998	53.378	95.561	158.709	368.646
Fornecedores	127.975	-	-	-	127.975
Incentivo a aposentadoria - PRSP	35.565	35.226	24.512	6.338	101.642
Obrigações com clientes (obrig com clientes + outras obrig)	3.446	-	-	-	3.446
Arrendamento mercantil	13.661	762	126	2	14.551

▪ Em 31 de dezembro de 2018

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	61.125	58.743	105.881	171.347	397.096
Fornecedores	124.618	-	-	-	124.618
Incentivo à aposentadoria - PRSP	34.980	40.209	17.248	6.288	98.725
Obrigações com clientes (obrig com clientes + outras obrig)	3.558	-	-	-	3.558

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A seguir é apresentado a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o pronunciamento técnico CPC 40(R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais passivos financeiros, convertidos a uma taxa projetada, conforme Nota 28, para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Dada a exposição do passivo financeiro ao risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário I: cotação do dólar em R\$3,8322 em 30 de junho de 2019; (ii) cenário II: cotação do dólar, passando para R\$4,7903; e (iii) cenário III, passando a R\$5,7483.

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em 30 de junho de 2019 em 6,40% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo da cotação em 25% (8% a.a.) e 50% (9,6% a.a.), respectivamente.

Instrumentos financeiros	Risco	30/06/2019		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Ativo financeiro</b>				
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a convênios indexados ao CDI				
Ativo	Redução do indexador	267.517	266.847	266.178
Impacto no resultado		-	(669)	(1.339)
<b>Passivo financeiro</b>				
Empréstimos e financiamentos Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades, BNDES e BID				
Passivo	Alta do indexador	368.647	371.766	374.885
Impacto no resultado		-	(3.119)	(6.238)
<b>BID</b>				
Passivo	Alta do U\$\$	208.352	260.440	312.528
Impacto no resultado		-	(52.088)	(104.176)

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Total dos empréstimos (Nota 17)	368.646	397.096
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(735)	(1.206)
Menos: aplicações financeiras (Nota 5)	(169.020)	(162.905)
Dívida líquida	<u>198.891</u>	<u>232.985</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.532.177</u>	<u>2.440.897</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u><u>2.731.068</u></u>	<u><u>2.673.882</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>7,28%</u>	<u>8,71%</u>

5.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pela agência internacional de rating Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA (bra)	8	-
AA	169.736	164.091
Outros (*)	<u>11</u>	<u>20</u>
	<u><u>169.755</u></u>	<u><u>164.111</u></u>

(\*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pela agência dos ratings utilizada pela Companhia.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

	Fitch
Banco do Brasil S.A.	AA (bra)
Caixa Econômica Federal	AA (bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	Outros (*)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AA (bra)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	30/06/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	145	990
Bancos conta arrecadação	590	216
	<u>735</u>	<u>1.206</u>

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo:

	Tipo	Modalidade	Indexador de referência	30/06/2019	31/12/2018
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	CDI	106.872	92.476
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 600 mil	Renda Fixa	CDI	3.107	3.958
Banco do Brasil S.A.	CP ADMIN SUPREMO S. PUBLICO	Renda Fixa	CDI	636	-
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI RF CDB	CDB FLEX	99% CDI	8.282	8.322
Caixa Econômica Federal	Mega Referenciado	Renda Fixa	CDI	44.859	52.813
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	CDI	4.745	5.336
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI RF CP	Renda Fixa	CDI	519	-
				<u>169.020</u>	<u>162.905</u>

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras representam um específico momento no exercício da Cagece, fazendo parte do complexo contexto da prestação regionalizada dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água tratada e de esgotamento sanitário. A partir dos constantes ajustes de gestão operacional e dos reajustes tarifários deferidos nos exercícios anteriores que amenizaram o déficit na receita requerida para a prestação dos serviços, foi possível experimentar essa relativa disponibilidade de recursos.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

Essas aplicações financeiras se referem a sobras operacionais que são utilizadas para a Cagece reinvestir na operação, a fim de tentar realizar todas as diversas obrigações de universalização e de manutenção e renovação de ativos, as quais não possuem receita tarifária suficiente nem recursos dos orçamentos fiscais federal e estadual para lhes fazer face. Essas momentâneas sobras são absolutamente necessárias para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos prestados e somente são aplicadas em contas de investimento até a conclusão dos respectivos processos de utilização das mesmas, a fim de que se capitalize mais para maximizar a sua utilização na operação.

7. Depósitos vinculados

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta vinculada	7.968	319
Aplicações financeiras vinculadas	98.497	78.062
	<u>106.465</u>	<u>78.381</u>

Os depósitos bancários vinculados estão representados substancialmente por recursos recebidos através de convênios firmados principalmente com o Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. No período findo em 30 de junho de 2019, o montante de R\$ 94.883 (R\$ 69.659 em 31 de dezembro de 2018) se refere à arrecadação decorrente da tarifa de contingência, estando tal valor vinculado, conforme resoluções evidenciadas na nota 7, a despesas específicas advindas da estiagem aprovadas pelas agências reguladoras e, ainda, a investimentos em combate a perdas operacionais de água constantes de plano também aprovado pelos reguladores e R\$ 11.582 (R\$ 8.722 em 31 de dezembro de 2018) se referem a repasses que o acionista Governo do Estado faz para obras conveniadas, conforme as regras incidentes em cada espécie, sendo tais valores vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Particulares	375.086	339.597
Órgãos públicos	24.506	21.900
Tarifa de contingência (a)	34.092	30.877
Serviços indiretos	47.862	46.007
Serviços prestados a faturar	83.574	73.490
	<u>565.120</u>	<u>511.871</u>
Agentes arrecadadores (b)	4.311	4.221
(-) Arrecadação a discriminar (c)	(6.884)	(5.392)
(-) Provisão para perdas de credito estimada (d)	(265.837)	(240.787)
	<u>(268.410)</u>	<u>(241.958)</u>
	<u>296.710</u>	<u>269.913</u>

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	236.406	214.705
Vencidos:		
1 a 30 dias	45.468	41.978
31 a 60 dias	17.595	15.796
61 a 90 dias	10.135	8.161
91 a 180 dias	22.560	22.117
mais de 180 dias	232.956	209.114
	<u>565.120</u>	<u>511.871</u>

(a) Tarifa de contingência

Aprovada pela Resolução nº 201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução nº 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo nº 003/15 - SUP, a tarifa de contingência visa reduzir o consumo de água por parte da população face da situação de escassez de recursos hídricos. Sua cobrança iniciou-se em 19 de dezembro de 2015.

As bases gerais para cobrança da tarifa de contingência são:

- Estimativa de consumo mensal de referência que corresponde a 90% (noventa por cento) da média de consumo medido do período de outubro de 2014 a setembro de 2015; A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE nº 212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015;
- O usuário cujo consumo mensal de água ultrapasse a média de consumo mensal de referência fica sujeito à tarifa de contingência, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa normal de água, aplicável à parte do consumo de água potável que exceder o consumo de referência;
- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência fica condicionada à aprovação pela ARCE dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela CAGECE. Os recursos estão registrados em depósitos vinculados até a aprovação pela ARCE.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

---

(b) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na rubrica "Agentes arrecadadores" referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.

(c) Arrecadação a discriminar

Arrecadação a discriminar refere-se a valores recebidos de clientes, cuja baixa da correspondente fatura ainda não foi realizada no sistema comercial da Companhia.

(d) Provisão para perdas de credito estimada

A Companhia adota como estimativa para cálculo da PCLD, as seguintes regras:

- (i) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor até R\$15;
- (ii) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor superior a R\$15, desde que analisado pela área especialista de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- (iii) Total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que se encontram nos critérios acima;
- (iv) Análise complementar pela área especialista para avaliação de evidências objetivas de perdas.

A provisão para perdas de credito estimada apresenta a seguinte movimentação:

	30/06/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(240.787)	(199.515)
Constituição	(56.617)	(125.407)
Reversão (e)	31.567	84.135
Saldo final	<u>(265.837)</u>	<u>(240.787)</u>

- (e) Em 30 de junho de 2019, o saldo de reversão de R\$ 31.567 está representado, principalmente, por reversões e refaturamentos nos montantes de R\$ 13.246 e R\$ 18.320, respectivamente.

## 9. Projetos

a) Projeto Alvorada

O Estado do Ceará, em 16 de abril de 2001, celebrou o Convênio nº 005/Seinfra/2001 com a Companhia para implementação de ações previstas no Convênio nº 039/2001, firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, e o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura, tendo como executora a Companhia, objetivando a execução de ações de saneamento básico em 31 municípios do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Conforme a Cláusula 15<sup>a</sup> do Convênio nº 039/2001, "Serão concedidos pela Fundação Nacional de Saúde, após concluído o objeto pactuado no presente convênio, os bens patrimoniais construídos, produzidos ou adquiridos com os recursos transferidos na conformidade com o disposto no item 4 do artigo 15 do Decreto nº 99.658/90 e demais normas regulamentares". Esse projeto tinha previsão de conclusão para o exercício de 2012, contudo, em função de atrasos na execução dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) de Cariré e do distrito de Inhuçu em São Benedito, em outubro de 2013, este convênio foi prorrogado para 17 de março de 2014. Em decorrência dessa prorrogação, o Convênio nº 005/Seinfra/2001 teve o seu prazo de finalização postergado para 30 de setembro de 2014.

O referido projeto foi concluído. Atualmente, a Prestação de Contas está em andamento e a CAGECE está aguardando o posicionamento da Secretaria das Cidades sobre como será a integralização no ativo dos bens construídos, conforme Ofício nº 594/14/GEAPE ADM/DPC.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$174.829 (R\$174.829 em 31 de dezembro de 2018), denominada de Projeto Alvorada - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas conforme objeto do Convênio, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto Alvorada - recursos recebidos, no montante de R\$174.468 (R\$174.468 em 31 de dezembro de 2018), registram-se os valores já repassados pelo Ministério da Saúde para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre essas contas de R\$361 (R\$361 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

b) Projeto KfW

O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº 010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e "acordo em separado", firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW Bankengruppe, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. O projeto KfW III tem prazo de finalização para junho de 2020. Após o encerramento da execução do projeto, será realizada a prestação de contas que, após aprovada, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implementados com esses recursos passarão a ser operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural - SISAR.

O valor da conta de ativo, no montante de R\$ 53.769 (R\$ 53.720 em 31 de dezembro de 2018), denominada de Projeto KfW - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto KfW - recursos recebidos, no montante de R\$ 49.469 (R\$ 49.469 em 31 de dezembro de 2018), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre estas contas de R\$ 4.300 (R\$ 4.251 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

#### 10. Depósitos judiciais

O critério utilizado para definir os valores que permanecem registrados contabilmente em depósitos judiciais são os valores depositados em juízo, os quais são atualizados monetariamente, e ainda não levantados pela Companhia ou pela parte contrária no processo judicial. A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Causas cíveis	3.050	3.880
Contingências vinculadas - cíveis	(1.673)	(1.625)
Causas trabalhistas	5.827	5.029
Contingências vinculadas - trabalhistas	(3.984)	(1.922)
Causas tributárias	3.213	3.165
	<u>6.433</u>	<u>8.527</u>

A movimentação dos depósitos judiciais no período está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2018	2.255	3.107	3.165	8.527
Novos depósitos	3.020	2.405	-	5.425
Reversões	(3.931)	(1.746)	-	(5.677)
Atualização monetária	81	139	48	268
Compensação com causas judiciais	(48)	(2.062)	-	(2.110)
Saldos finais em 30 de junho de 2019	<u>1.377</u>	<u>1.843</u>	<u>3.213</u>	<u>6.433</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 11. Depósitos vinculados a garantias

	30/06/2019	31/12/2018
Banco do Brasil S.A.	10.733	10.368
Caixa Econômica Federal	2.543	2.482
Garantias contratuais	65	65
	<u>13.341</u>	<u>12.915</u>

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 6.790 (R\$6.641 em 31 de dezembro de 2018) e conta reserva no valor de R\$ 3.943 (R\$ 3.727 em 31 de dezembro de 2018), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essa instituição financeira.

## 12. Ativos financeiros - contratos de concessão

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia possui, em 30 de junho de 2019, R\$ 278.863 (R\$ 224.361 em 31 de dezembro de 2018) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes saldos foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. A receita por atualização do ativo financeiro no período findo em 30 de junho de 2019 é R\$ 49.925 (R\$ 10.520 em 30 de junho de 2018), conforme Nota 35.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2018	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	Baixas	30/06/2019
Ativo financeiro	224.361	4.911	49.925	(334)	278.863
	224.361	4.911	49.925	(334)	278.863

	31/12/2017	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	Baixas	31/12/2018
Ativo financeiro	191.124	17.835	19.451	(4.049)	224.361
	191.124	17.835	19.451	(4.049)	224.361

A variação na atualização do ativo financeiro foi em virtude do aumento na Taxa WACC de 10,29% utilizada para o cálculo do valor presente do ativo financeiro.

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, dessa forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das informações trimestrais, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do ativo financeiro sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para o período findo em 30 de junho de 2019 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	Ativo financeiro em 30/06/2019	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo sem o efeito do custo atribuído em 30/06/2019
Ativo financeiro	278.863	(60.279)	218.584
	278.863	(60.279)	218.584

  

	Ativo financeiro em 31/12/2018	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2018
Ativo financeiro	224.361	(47.918)	176.443
	224.361	(47.918)	176.443

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado

	30/06/2019		31/12/2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Ativo de arrendamento	20.118	(8.839)	11.279	-
Edificações	25.459	(6.095)	19.364	19.608
Computadores e periféricos	7.228	(4.102)	3.126	3.257
Máquinas e equipamentos	7.519	(4.127)	3.392	3.282
Terrenos	14.249	-	14.249	14.249
Móveis e utensílios	5.513	(3.926)	1.587	1.860
Instalações	133	(66)	67	72
Veículos	1.320	(863)	457	529
Ferramentas	117	(81)	36	40
	<u>81.656</u>	<u>(28.099)</u>	<u>53.557</u>	<u>42.897</u>
Imobilizado em andamento	181	-	181	181
	<u>81.837</u>	<u>(28.099)</u>	<u>53.738</u>	<u>43.078</u>



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2018	Adoção Inicial IFRS 16	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	30/06/2019
Ativo de arrendamento	-	16.475	3.644	-	-	(8.840)	11.279
Edificações	19.608	-	-	-	-	(244)	19.364
Computadores e periféricos	3.257	-	-	-	384	(515)	3.126
Máquinas e equipamentos	3.282	-	143	(18)	265	(280)	3.392
Terrenos	14.249	-	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	1.860	-	-	(16)	21	(278)	1.587
Instalações	72	-	1	-	-	(6)	67
Veículos	529	-	-	-	1	(73)	457
Ferramentas	40	-	-	-	1	(5)	36
	<u>42.897</u>	<u>16.475</u>	<u>3.788</u>	<u>(34)</u>	<u>672</u>	<u>(10.241)</u>	<u>53.557</u>
Imobilizado em andamento	181	-	-	-	-	-	181
	<u>43.078</u>	<u>16.475</u>	<u>3.788</u>	<u>(34)</u>	<u>672</u>	<u>(10.241)</u>	<u>53.738</u>

  

	31/12/2017	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2018
Edificações	19.291	-	-	799	(482)	19.608
Computadores e periféricos	3.403	20	(3)	822	(985)	3.257
Máquinas e equipamentos	2.273	17	(6)	1.525	(527)	3.282
Terrenos	14.809	-	-	(560)	-	14.249
Móveis e utensílios	2.262	13	(8)	174	(581)	1.860
Instalações	85	-	-	-	(13)	72
Veículos	120	516	-	13	(120)	529
Ferramentas	43	1	-	8	(12)	40
	<u>42.286</u>	<u>567</u>	<u>(17)</u>	<u>2.781</u>	<u>(2.720)</u>	<u>42.897</u>
Imobilizado em andamento	181	-	-	-	-	181
	<u>42.467</u>	<u>567</u>	<u>(17)</u>	<u>2.781</u>	<u>(2.720)</u>	<u>43.078</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir, demonstramos a vida útil antes e após a reavaliação da vida útil de cada grupo de ativos.

	Vida útil anterior	Vida útil atual
Bens de arrendamento	-	1 a 5 anos
Computadores e periféricos	5 anos	5 a 10 anos
Edificações	25 anos	20 a 67 anos
Ferramentas	5 anos	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, desta forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das informações trimestrais, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do imobilizado sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para o período findo em 30 de junho de 2019, bem como o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	Imobilizado líquido em 30/06/2019	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 30/06/2019
Arrendamento	11.279	-	11.279
Edificações	19.364	(5.346)	14.018
Computadores e periféricos	3.126	-	3.126
Máquinas e equipamentos	3.392	-	3.392
Terrenos	14.249	-	14.249
Móveis e utensílios	1.587	-	1.587
Instalações	67	-	67
Veículos	457	-	457
Ferramentas	36	-	36
	53.557	(5.346)	48.211
Imobilizado em andamento	181	-	181
	53.738	(5.346)	48.392

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Imobilizado líquido em 31/12/2018	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2018
Edificações	19.608	(5.421)	14.187
Computadores e periféricos	3.257	-	3.257
Máquinas e equipamentos	3.282	-	3.282
Terrenos	14.249	-	14.249
Móveis e utensílios	1.860	-	1.860
Instalações	72	-	72
Veículos	529	-	529
Ferramentas	40	-	40
	<u>42.897</u>	<u>(5.421)</u>	<u>37.476</u>
Imobilizado em andamento	181	-	181
	<u>43.078</u>	<u>(5.421)</u>	<u>37.657</u>

14. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

	01/01/2019	Adição	Baixa	Transferências de obra	30/06/2019
Contratos de concessão	464.179	102.480	(9.953)	(38.859)	517.847
( - ) Obrig especiais - Intangível em andamento	(197.708)	(2.128)	16.126	-	(183.710)
Licença de uso de software	68	-	-	-	68
Estoque de obras	42.949	-	-	-	42.949
	<u>309.488</u>	<u>100.352</u>	<u>6.173</u>	<u>(38.859)</u>	<u>377.154</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível

	30/06/2019			31/12/2018
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	3.502.082	(1.121.085)	2.380.997	2.467.461
( - ) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(62.364)	6.271	(56.093)	(58.798)
	<u>3.439.718</u>	<u>(1.114.814)</u>	<u>2.324.904</u>	<u>2.408.663</u>
Softwares	6.902	(5.916)	986	1.236
Outorga - município de Maracanaú	10.000	(415)	9.585	9.751
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.204)	1.196	1.232
Outorga - município de Frecheirinha	226	(93)	133	138
	<u>19.528</u>	<u>(7.628)</u>	<u>11.900</u>	<u>12.357</u>
	<u>3.459.246</u>	<u>(1.122.442)</u>	<u>2.336.804</u>	<u>2.420.020</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2018	Adições (a)	Baixa (b)	Transferência (c)	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	30/06/2019
Concessão - água e esgoto	2.467.461	552	(5.408)	38.163	(115.195)	(4.576)	2.380.997
( - ) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(58.798)	(1)	-	-	2.706	-	(56.093)
Softwares	1.236	9	-	24	(282)	-	986
Outorga - município de Maracanaú	9.751	-	-	-	(166)	-	9.585
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.232	-	-	-	(36)	-	1.196
Outorga - município de Frecheirinha	138	-	-	-	(5)	-	133
	<u>2.421.020</u>	<u>560</u>	<u>(5.408)</u>	<u>38.187</u>	<u>(112.978)</u>	<u>(4.576)</u>	<u>2.336.803</u>

	31/12/2017	Adições (a)	Baixa (b)	Transferência (c)	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	Reclassificação	31/12/2018
Concessão - água e esgoto	2.421.680	3.246	(11.051)	223.356	(150.256)	(19.514)	-	2.467.461
( - ) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(4.790)	-	-	(65.272)	5.536	5.728	-	(58.798)
Intangível em andamento	555.838	169.026	(27.160)	(190.507)	-	-	(507.197)	-
( - ) Obrig especiais - Intangível em andamento	(166.426)	(62.064)	1.481	29.300	-	-	197.709	-
Softwares	1.110	398	-	342	(614)	-	-	1.236
Outorga - município de Maracanaú	-	10.000	-	-	(249)	-	-	9.751
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.304	-	-	-	(72)	-	-	1.232
Outorga - município de Frecheirinha	149	-	-	-	(11)	-	-	138
	<u>2.808.865</u>	<u>120.606</u>	<u>(36.730)</u>	<u>(2.781)</u>	<u>(145.666)</u>	<u>(13.786)</u>	<u>(309.488)</u>	<u>2.421.020</u>

- (a) As adições ao intangível estão representadas substancialmente pela execução das seguintes obras: (i) Ampliação do Sistema de Reservação e Macro distribuição de Água da Região Metropolitana Reservatório do Taquarão e Adutoras; (ii) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias CD-1, CD-2 E CD-3 (META 1) no Município de Fortaleza-Ce; (iii) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na Localidade de Capuan no Município de Caucaia-Ce; (iv) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Sede do Município de Tauá- Ce e (v) Execução de Serviços Técnicos para Recuperação Estrutural dos Canais de Adução das Peneiras e do Desarenador da Estação de Pré-Condicionamento - EPC;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Em função de a Companhia ter adotado como política contábil classificar em intangível em andamento os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, por representarem o seu maior consumo/aplicação, as baixas ao intangível em andamento estão representadas parte pela aplicação de materiais na manutenção dos ativos da Companhia;
- (c) As transferências no período de seis meses ocorrem entre imobilizado e intangível no valor de R\$ 672 e entre intangível e ativo de contrato no valor de R\$ 38.859.

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 11.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, dessa forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das informações trimestrais, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do intangível sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para o período findo em 30 de junho de 2019, bem como o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	Intangível líquido em 30/06/2019	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 30/06/2019
Concessão - água e esgoto	2.324.904	(655.500)	1.669.404
Intangível em andamento	-	-	-
	<u>2.324.904</u>	<u>(655.500)</u>	<u>1.669.404</u>
Softwares	986	-	986
Outorga - município de Maracanaú	9.585	-	9.585
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.196	-	1.196
Outorga - município de Frecheirinha	133	-	133
	<u>11.900</u>	<u>-</u>	<u>11.900</u>
	<u>2.336.804</u>	<u>(655.500)</u>	<u>1.681.304</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Intangível líquido em 31/12/2018	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2018
Concessão - água e esgoto	2.408.663	(688.410)	1.720.253
Intangível em andamento	309.488	-	309.488
	<u>2.718.151</u>	<u>(688.410)</u>	<u>2.029.741</u>
Softwares	1.236	-	1.236
Outorga - município de Maracanaú	9.751	-	9.751
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.232	-	1.232
Outorga - município de Frecheirinha	138	-	138
	<u>12.357</u>	<u>-</u>	<u>12.357</u>
	<u>2.730.508</u>	<u>(688.410)</u>	<u>2.042.098</u>

16. Fornecedores

Em 30 de junho de 2019, o saldo de R\$ 127.975 (R\$ 124.618 em 31 de dezembro de 2018) refere-se às contas a pagar para os fornecedores de obras, materiais ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

17. Arrendamento mercantil

	<u>30/06/2019</u>
Circulante	13.661
Não circulante	890

Os passivos de arrendamento apresentam a seguinte movimentação:

	<u>30/06/2019</u>
Saldo inicial	-
Adoção inicial IFRS 16	20.120
Acréscimo	66
Amortizações (principal e juros)	(5.635)
Saldo final	<u>14.551</u>

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 18. Empréstimos e financiamentos

	30/06/2019	31/12/2018
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	120.328	125.902
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (ii)	476	605
Banco Santander (iii)	2.587	2.971
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (iv)	36.903	47.818
	<u>160.294</u>	<u>177.296</u>
Moeda estrangeira		
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (v)	208.353	219.800
	<u>368.647</u>	<u>397.096</u>
Circulante	60.998	(61.125)
Não circulante	307.649	335.971

#### (i) Caixa Econômica Federal

Tratam-se de contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a., com saldo devedor e prestações reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade dos saldos das contas vinculadas do FGTS, taxa de risco de crédito de até 2% a.a. e taxa de administração variando de 1% a 2% a.a. O pagamento da última parcela ocorrerá em 2032. Todas as operações já saíram do período de carência, com pagamento mensal de prestações calculadas segundo o Sistema Francês de Amortização - "Tabela Price". Foram oferecidos como garantia a arrecadação decorrente da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondente a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base. A posição em junho de 2019 corresponde a 21 contratos vigentes. Existe ainda uma operação FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) tendo como operador a Caixa Econômica Federal, contratada em dezembro/2016, com as seguintes características: Sistema de Amortização Constante, prazo total de 60 meses, com carência de 24 meses para início da amortização e pagamento de encargos durante o período de carência a cada 3 meses (trimestrais). Saldo devedor corrigido pela TJLP (a TJLP foi substituída pela TLP apenas para os contratos firmados a partir de 01 de janeiro de 2018) + 5,91%, incluindo os encargos remuneratórios do operador. Os recebíveis da Companhia foram dados como garantia da operação.

#### (ii) Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará

Surgiram a partir de convênios celebrados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia, para repasses de recursos oriundos de Surgiram a partir de convênios celebrados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia, para repasses de recursos oriundos de financiamentos obtidos pelo Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, sendo posteriormente reembolsado pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Atualmente existe apenas um contrato vigente, com vencimento em março de 2021. Nessas operações foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE).



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

(iii) Banco Santander

Em 2017 foram aprovadas 6 (seis) operações FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) junto ao BNDES, tendo como operador o Banco Santander, antes da substituição da TJLP pela TLP. O valor total das operações é de R\$ 6,5 milhões sendo 50% contrapartida da Cagece. Todas as operações possuem características similares: Prazo total de 60 meses, sendo 6 de carência e 54 de amortização, saldo devedor corrigido pela TJLP + 5,10% a.a. já incluído nesse percentual a remuneração do agente, pagamento de encargos no período de carência (trimestral). Já ocorreram todas as liberações relacionadas as operações aprovadas, estando já em fase de amortização.

(iv) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Contrato nº 10.2.2006.1 destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$155,62 milhões.

O Contrato nº 12.2.0618.1 destina-se à ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra de Ibiapaba (SAA Ibiapaba), no valor total de R\$28,38 milhões.

Os encargos financeiros incidem sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 10.2.2006.1 e 2,71% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 12.2.0618.1. O principal da dívida deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação vencendo em 15 de janeiro de 2021.

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, deverá manter índices econômicos financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices por dois semestres consecutivos implica em a Companhia oferecer garantias adicionais à Instituição ou vencimento antecipado da dívida. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES.

(v) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR - II, que tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsável do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais (com vencimentos nos meses de abril e outubro). Até junho de 2019, foram pagas 19 parcelas, sendo o próximo vencimento (parcela 20/40) em outubro/2019.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

(vi) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Assinado em 29/06/2018 contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste. São recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destinados a ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário de Fortaleza, Maracanaú e Pacoti. O valor do financiamento é de R\$ 164,7 milhões. Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPC-A, de Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. A JBF constante no contrato é de 2,0766% a.a. Também são cobrados encargos financeiros equivalentes incidentes sobre recursos do FNE de 0,17% a.m. Até o momento não houve nenhum desembolso desse recurso e ainda não temos previsão de quando ocorrerá a primeira liberação.

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	30/06/2019	31/12/2018
Saldos iniciais	397.096	413.802
Novas liberações	1.209	4.043
Amortizações (principal e juros)	(40.857)	(80.823)
Juros e variações monetárias	12.587	24.384
Transferências intangível - Juros capitalizados	-	2.984
Variação cambial	(1.389)	32.706
Saldos finais	<u>368.646</u>	<u>397.096</u>

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	30/06/2019	31/12/2018
Entre 2 e 4 anos	122.377	138.106
Entre 5 e 7 anos	79.688	79.554
Entre 8 e 10 anos	79.561	79.527
Entre 11 e 13 anos	26.023	37.058
Entre 14 e 15 anos	-	1.726
	<u>307.649</u>	<u>335.971</u>

19. Incentivo à aposentadoria - PRSP

19.1. Composição

	30/06/2019	31/12/2018
Incentivo à aposentadoria - PRSP	127.358	125.714
Ajuste a valor presente	(25.716)	(26.989)
	<u>101.642</u>	<u>98.725</u>
Circulante	(35.565)	(34.980)
Não circulante	66.077	63.745

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

19.2. Movimentação

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	98.725	74.976
Pagamentos	(16.980)	(31.444)
Despesa financeira	7.579	9.200
Incrementos	18.979	63.599
Ajuste a valor presente	(6.661)	(17.606)
Saldo final	<u>101.642</u>	<u>98.725</u>

19.3. Cronograma de realização

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
1 ano	35.565	34.980
Entre 1 e 2 anos	35.226	40.209
Entre 2 e 5 anos	24.512	17.248
Mais de 5 anos	6.339	6.288
	<u>101.642</u>	<u>98.725</u>

a) PRSP

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD - 041 de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentadoria, recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O Plano destinava-se aos empregados do quadro próprio, em que após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindir o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de seis anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 10,29%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das informações trimestrais.

Em 31 de dezembro de 2018, não foi constituída qualquer obrigação de benefício rescisório PRSP, tendo em vista que em 10 de janeiro de 2014 a Diretoria encerrou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) constante na SAD - 041 a partir da data-base de 31 de dezembro de 2013.

b) PRSP II

Em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP II) através da Norma Interna SAD - 065 (versão 1), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia condições de aposentar-se ou mesmo se desligar da Companhia por já se encontrar aposentado, recebendo benefícios financeiros temporários, na forma do requerimento de adesão celebrado entre as partes.

O presente plano destinou-se aos empregados do quadro próprio que atenderam às condições estabelecidas na norma, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 30/04/2014; atender às exigências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto à idade e tempo de contribuição necessários à aposentadoria ou mesmo já ser aposentado pelo INSS; ter ingressado como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar - Cageprev; estar inscrito na Gerência de Pessoas - GEPES para participação no plano, através de requerimento de adesão.

Os empregados que atendessem às seguintes condições poderiam aderir ao PRSP II no período de 3 de fevereiro a 30 de abril de 2014: (i) efetuar o requerimento de adesão até 30/04/2014; (ii) desligar-se da CAGECE, na data estabelecida pela Diretoria, a partir de 30/05/2014; (iii) obterem ou já tiverem obtido a concessão de aposentadoria pelo INSS; e (iv) assumirem obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

O PRSP II concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por seis (6) anos; (ii) pagamento de 15 (quinze) salários na rescisão contratual para o PRSP II, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) incentivo financeiro de 30% do salário de referência para os empregados com salário de referência menor ou igual ao piso de INSS dividido por 0,8; (iv) em caso de falecimento do empregado inscrito no Plano, cuja adesão tenha sido deliberada pela Diretoria, será garantido o benefício aos dependentes legais deste; (v) assistência à saúde odontológica e médica (plano enfermagem), por 6 (seis) anos para o empregado e 2 (dois) anos para seus dependentes já cadastrados. Ressalte-se que, conforme consta no item 2.4 do SAD em referência, o empregado que não rescindir o contrato de trabalho com a CAGECE na data estabelecida pela Diretoria será excluído do Plano, implicando na perda do benefício.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 10,29%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das informações trimestrais.

c) PRSP III

Em 28 de março de 2017, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP III) através da resolução Nº 011/17/DPR. Posteriormente alterada pela resolução Nº 016/17/DPR, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderirem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários, na forma estabelecida neste Regulamento.

O presente plano se destina aos empregados do quadro próprio que atendam as condições expressas neste Regulamento, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 31/12/2018; atender os requisitos legais para a obtenção do benefício de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, contados, pelo menos, dez anos de tempo de serviço na Cagece; ter ingressado e se mantido como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar (Cageprev). E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: ter sido submetido a processo administrativo-disciplinar que tenha resultado na rescisão do contrato de trabalho; ter sido condenado por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do emprego.

O prazo para adesão se iniciou na data da publicação deste Regulamento e se encerrou ao final do expediente do dia 17 de maio de 2017.

A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior a data prevista para seu desligamento; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP III; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As datas de rescisão de cada empregado optante ao Plano serão estabelecidas e divulgadas pela Cagece, oportunamente após o fim do prazo para adesão.

O PRSP III concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses; (ii) pagamento de 16 (dezesseis) salários na rescisão contratual para o PRSP III, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado; (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 36 (trinta e seis) meses iniciais do plano; (v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento; (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP III, repassado para a Cageprev; (vii) Na ocorrência de falecimento do optante antes da rescisão contratual ficam garantidos os direitos aos herdeiros, conforme definidos no Código Civil, cabendo àqueles apresentar no prazo de 2 (dois) meses o processo de inventário.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos sete anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 10,29%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das informações trimestrais.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 20. Provisão para contingências

	30/06/2019	31/12/2018
Causas cíveis	51.262	53.563
Depósito judicial vinculado - cíveis	(1.673)	(1.625)
Causas trabalhistas	10.774	7.836
Depósito judicial vinculado - trabalhistas	(3.984)	(1.922)
	<u>56.379</u>	<u>57.852</u>
Não circulante	56.379	57.852

A movimentação da provisão no ano está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	99.453	7.131	106.584
Adições	25.407	3.789	29.196
Juros	7.852	1.401	9.253
Reclassificação para contas a pagar	(51.527)	-	(51.527)
Reversão	(24.440)	(4.256)	(28.696)
Pagamentos	(3.312)	(864)	(4.176)
Compensação com depósitos judiciais	(1.495)	(1.287)	(2.782)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	<u>51.938</u>	<u>5.914</u>	<u>57.852</u>
Adições	955	3.645	4.600
Juros	698	123	820
Reversão	(445)	(103)	(548)
Pagamentos	(3.509)	(726)	(4.235)
Compensação com depósitos judiciais	(48)	(2.062)	(2.110)
Saldo final em 30 de junho de 2019	<u>49.589</u>	<u>6.791</u>	<u>56.379</u>

O montante de R\$ 56.379 decorre, principalmente, de: a) cível - ações judiciais cobrando diferenças de valores em decorrência das desapropriações e execuções das obras do canal do trabalhador, indenização por danos morais e materiais, danos ambientais, realinhamento contratual e b) trabalhistas - enquadramento no Nível 16, Grau I, Mestre Especialista, diferença salarial e verbas rescisórias.

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Diretoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda "provável".

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Diretoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R\$ 54.282 em 30 de junho de 2019 (R\$52.616 em 31 de dezembro de 2018).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas informações trimestrais. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	30/06/2019
0211039-14.2013.8.06.0001 (i)	Judicial	Cível	3.828
0838743-16.2014.8.06.0001 (ii)	Judicial	Cível	3.314
0002333-62.2015.8.06.0031 (iii)	Judicial	Cível	3.310
0044591-85.2012.8.06.0001 (iv)	Judicial	Cível	2.684
0832790-71.2014.8.06.0001 (v)	Judicial	Cível	1.927
0011726-36.2016.8.06.0173 (vi)	Judicial	Cível	1.584
0006713-38.2011.8.06.0171 (vii)	Judicial	Cível	1.512
0000387-54.2006.8.06.0101 (viii)	Judicial	Trabalhista	1.200
0500372-61.2011.8.06.0001 (ix)	Judicial	Cível	1.139
0066771-08.2006.8.06.0001 (x)	Judicial	Cível	933
Outros			32.851
			54.282

- (i) Ação cível em que a requerente solicita reconhecimento de débito e reparação de danos por parte da CAGECE em virtude de atrasos no pagamento das medições, não pagamento dos reajustes contratuais previstos, não pagamento de juros e correção monetária, pagamentos feitos em atraso e paralisações nas obras de recuperação da ETE do Residencial Tatu Mundê, implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Conjunto Açude da Viúva I e II e do sistema de esgotamento sanitário do Loteamento Urucutuba I e II, no Município de Fortaleza-CE;
- (ii) Ação condenatória para readequação de valores relativos a dissídios coletivos de contrato de serviço terceirizado;
- (iii) Ação referente à ampliação do sistema de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário;
- (iv) Ação de rescisão contratual referente a serviços de execução do Emissário de Efluentes Industriais a ser implantado no Complexo Industrial do Porto do Pecém por parte da contratada;
- (v) Ação de cobrança movida pela Allsan contra a Cagece, referente a serviços técnicos especializados de leitura de medidores com faturamento imediato, cujo objeto diz respeito às medições referentes ao período de julho a novembro de 2012, bem como os reajustes;
- (vi) Ação referente a danos no imóvel devido a um vazamento de água;
- (vii) Ação para regularizar o fornecimento de água no município de tauá, mediante o cumprimento das exigências estabelecidas no relatório da arce; requer ainda a condenação ao pagamento de indenização no valor de r\$ 500.000,00 por suposto descumprimento das normas do CDC;
- (viii) Ação ordinária promovida contra o Município de Itapipoca, visando extinguir o crédito tributário referente ao ISS do período de agosto de 2001 a julho de 2002 e setembro de 2002 a agosto de 2004;
- (ix) Ação de indenização ao proprietário de terreno por danos de desvalorização. O terreno foi adquirido, inicialmente, para ser construído uma estação de tratamento de esgoto, entretanto o terreno está sendo utilizado como poço, sem qualquer tratamento de esgoto;
- (x) Ação de indenização pelas terras invadidas.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Imposto de Renda e contribuição Social diferidos

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	30/06/2019			31/12/2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Provisões para contingências	17.231	6.203	23.434	16.013	5.764	21.777
Provisões para perdas estoques	335	121	457	335	121	456
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.109	4.359	16.468	10.709	3.855	14.564
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	36.100	12.996	49.096	33.537	12.073	45.610
Total diferido ativo	65.775	23.679	89.455	60.594	21.813	82.407
Diferenças temporárias						
Variação cambial - exclusão regime de caixa	(840)	(302)	(1.142)	(501)	(181)	(681)
Ajuste de avaliação patrimonial	(180.282)	(64.901)	(245.183)	(185.437)	(66.757)	(252.195)
Total diferido passivo	(181.122)	(65.203)	(246.325)	(185.938)	(66.938)	(252.876)
Total de imposto diferido líquido	(115.347)	(41.524)	(156.870)	(125.344)	(45.125)	(170.469)

22. Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde

O plano de assistência médica dos empregados da Cagece foi contratado pelo SINDIAGUA junto à UNIMED, conforme as seguintes informações:

- Tipo de contratação: coletivo por adesão, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);
- Contribuição: da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- Valor da contribuição: fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária;
- Modalidade: ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, sem odontológico;
- Acomodação: apartamento/enfermaria, dependendo da adesão.

Em relação ao plano odontológico, temos que:

- Contribuição: da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;

- Valor da contribuição: fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária.

Para o plano de assistência médica, a contribuição é definida através de custo médio, não havendo distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos beneficiários ativos e aposentados (bem como seus respectivos dependentes e agregados). Referida contribuição é reajustada anualmente, em função do reajuste de procedimentos médicos, da sinistralidade da apólice ou a alteração do perfil etário que originou o prêmio médio vigente - em função dos gastos ocorridos na operadora de planos de saúde.

O valor da contribuição mensal (prêmio) pago pela CAGECE tem valor fixo por ativos e aposentados. Para o dependente, o valor pago resulta do valor do salário-base do empregado, tendo por parâmetro o valor do salário mínimo (SM), conforme tabela de contribuição aprovada em acordo coletivo. No plano contratado pela CAGECE é permitido aos ex-empregados, aposentados desligados da patrocinadora, continuarem no plano, desde que assumam as suas contribuições integralmente - conforme ditames da Lei 9.656/98.

Frente a severidade iminente nos custos médicos oriundos dos ex-empregados, por fatores de envelhecimento, há o impacto direto nas contribuições pagas pela CAGECE em favor de seus empregados (ativos), por serem calculadas como sendo um custo médio no qual o aumento na sinistralidade, decorrente dos aposentados, ocasionará, como consequência, elevação das contribuições de todos os beneficiários segurados, inclusive dos ativos. Assim, a permanência destes, após o desligamento da CAGECE, caracteriza benefício indireto aos ex-empregados (subsídio indireto), uma vez que a permanência destes eleva a mensalidade paga pela CAGECE para os seus empregados, incorrendo na necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Para o cálculo de provisão de benefícios pós-emprego existe previsão de cálculo do subsídio indireto, em linha com discussões técnicas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), onde o compromisso da CAGECE corresponde à diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e o seu respectivo custo médico médio - observada toda a massa com tal perfil.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

Para tanto foram consideradas na avaliação atuarial as seguintes informações:

Ativos	31/12/2018
Número	1.206
Idade Média	46
Dependente de Ativos	
Número	3.007
Idade Média	41
Assistidos	
Número	166
Idade Média	70
Dependentes dos Assistidos	
Número	121
Idade Média	58
Assistidos - PRSP e PPA	
Número	308
Idade Média	66
Dependentes dos Assistidos- PRSP e PPA	
Número	598
Idade Média	47

Em função do Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado (PRSP) e Plano Provisório de Incentivo à Aposentadoria (PPA) - em função da rescisão de trabalho e elegibilidades previstas em ambos os planos - foram garantidos àqueles que aderissem à época, dentre outros benefícios, o incentivo de auxílio saúde por prazo determinado. Durante este prazo, fica mantida a participação da CAGECE, como se empregado fosse, inclusive aos seus dependentes, no custeio ao plano médico.

Após decorrido o prazo garantido por força do PRSP e PPA, bem como aqueles que se aposentarem fora dos referidos planos, o benefício de assistência médica é garantido desde integralmente custeados pelo empregado desligado, observado os ditames previstos pela Lei 9.656/96.

(a) Avaliação Atuarial do plano de assistência médica.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados por consultoria especializada, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAGECE.

(b) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAGECE, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para o plano assistencial - como benefício pós-emprego estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAGECE.

(c) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano de assistência médica

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no plano de assistência médica, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O Aging Factor adotado para 2018 foi de 2,50%, com base na experiência de mercado da consultoria.

Biométricas e Demográficas	31/12/2017	31/12/2018
Tábua de mortalidade geral	AT-83 Masculina	AT- 2000, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	Experiência IAPC	Experiência IAPC
Rotatividade	0,00%	0,00%
Composição familiar	Família Real	Família Real
Entrada em aposentadoria	Homens: 62 anos Mulheres: 62 anos	Homens: 63 anos Mulheres: 61 anos
Take-up	50,00%	56,45%

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

Econômicas e Financeiras	31/12/2017	31/12/2018
Custos Médicos Médios	Custos por idade	738 (i)
Taxa nominal de desconto atuarial	9,27%	9,14%
Inflação de Longo Prazo	4,03%	4,00%
Taxa de Crescimentos dos Custos Médicos	2,68%	3,50%
Aging Factor ("Fator de envelhecimento")	Não aplicável	2,50%
Taxa de reajuste de benefícios do plano	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade	Não aplicável	Não aplicável

(i) Custo médico mensal posicionado na idade 60.

(d) Conciliação do saldo do Valor Presente da Obrigação Atuarial do plano

Conforme pode ser observado a seguir, inexistem ativos financeiros para a cobertura do passivo originado pelo plano de assistência médica.

	Valor Presente das Obrigações Atuariais	Valor Justo dos Ativos do Plano	Limite de Ativo	Passivo / (Ativo) Líquido Total
1. Valor no início do exercício	97.689	-	-	97.689
2. Custo do serviço corrente	917	-	-	917
3. Custo dos juros	8.802	-	-	8.802
4. Ganhos ou perdas atuariais	(33.229)	-	-	(33.229)
5. Mudança de hipóteses	86.132	-	-	86.132
6. Benefícios pagos diretamente pela empresa	(5.821)	-	-	(5.821)
7. Valor no final do exercício	154.490	-	-	154.490

Ainda, já se encontra contabilizado no passivo da CAGECE, os valores referentes aos montantes de contribuições vertidas pela patrocinadora - sob tempo determinado - em função do prazo do auxílio-saúde para aqueles que aderiram ao PRSP e PPA. Os valores contabilizados, são apresentados conforme quadro a seguir, na posição de 31/12/2018 e 30/06/2019:

	R\$
Valor presente da obrigação atuarial	154.490
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA)	(16.444)
Valor presente da obrigação atuarial até 31/12/2018	138.046
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA) (Benefício definido - Plano de saúde)	6.354
Valor presente da obrigação atuarial em 30/06/2019	144.400

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

Desse modo, os ganhos/perdas apurado no exercício - para fins de demonstração nos Outros Resultados Abrangentes - ORA, deverá constar líquido da movimentação do valor de R\$ 16.444, durante o exercício de 2018, conforme quadro a seguir:

	R\$
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA) - 31/12/2017	13.679
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA) - 31/12/2018	16.444
Diferença apurada	(2.765)
Valor apurado em Outros Resultados Abrangentes - ORA	52.902
Valor Líquido em Outros Resultados Abrangentes - ORA	<u>50.137</u>

(e) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Perfil de Vencimento da Obrigação de Benefício Definido	31/12/2018
1. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2019	7.674
2. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2020	7.940
3. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2021	5.431
4. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2022	5.360
5. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2023 ou posterior	128.085

(f) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o ano de 2019

Custo de Benefício Definido estimado para o próximo exercício	31/12/2018	31/12/2019
1. Custo do Serviço Corrente	917	3.903
2. Custo de Benefício Definido reconhecido no resultado	<u>8.803</u>	<u>13.766</u>
3. Custo reconhecido no resultado	<u>9.720</u>	<u>17.669</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

(g) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

	R\$
Efeito do acréscimo de 0,25 p.p. na taxa de desconto	
Efeito com o acréscimo de 0,25 p.p. no custo dos juros	(307)
Efeito com o acréscimo de 0,25 p.p. valor presente das obrigações	(7.612)
Efeito do decréscimo de 0,25 p.p. na taxa de desconto	
Efeito com o decréscimo de 0,25 p.p. no custo dos juros	326
Efeito com o decréscimo de 0,25 p.p. no valor presente das obrigações	8.290
Efeito na tábua biométrica do acréscimo da idade em um ano	
Efeito com o acréscimo de um ano no custo dos juros	(699)
Efeito com o acréscimo de um ano no valor presente das obrigações	(7.850)
Efeito na tábua biométrica do decréscimo da idade em um ano	
Efeito com o decréscimo de um ano no custo dos juros	725
Efeito com o decréscimo de um ano no valor presente das obrigações	8.139
Efeito do acréscimo de 0,25% no Aging Factor	
Efeito com o acréscimo de 0,25% p.p. no custo dos juros	1.040
Efeito com o acréscimo de 0,25% p.p. valor presente das obrigações	11.675
Efeito do decréscimo de 0,25% no Aging Factor	
Efeito com o decréscimo de 0,25% p.p. no custo dos juros	(972)
Efeito com o decréscimo de 0,25% p.p. no valor presente das obrigações	(10.905)

### 23. Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente, de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

Em 29 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no montante de R\$ 108.282, sendo R\$ 22.628 referente à capitalização de incentivos fiscais do ano de 2018, R\$ 62.071 oriundos da retenção de lucros de 2018, R\$ 7.457 da distribuição dos dividendos obrigatórios do exercício 2018 e R\$ 16.126 referente a integralização de recursos provenientes do Tesouro do Estado. Nesta data, o capital social da Companhia passou para R\$ 1.977.904 dividido em 186.172.738 ações ordinárias e 56.877 ações preferenciais, todas sem valor nominal.



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada para 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 da seguinte forma (quantidade de ações):

	30/06/2019			31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado do Ceará	164.832.068	38.708	164.870.776	158.087.682	38.637	158.126.319
Município de Fortaleza	21.340.376	-	21.340.376	19.974.965	-	19.974.965
Outros	294	18.169	18.463	294	18.169	18.463
	<u>186.172.738</u>	<u>56.877</u>	<u>186.229.615</u>	<u>178.062.941</u>	<u>56.806</u>	<u>178.119.747</u>

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,65% do capital social votante da Companhia (2018: 88,65%), conforme composição discriminada abaixo (valor do capital):

	30/06/2019				31/12/2018			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Estado do Ceará	1.740.623	8.117	1.748.740	88,41%	1.649.320	8.097	1.657.417	88,65%
Município de Fortaleza	225.351	-	225.351	11,39%	208.395	-	208.395	11,15%
Outros	3	3.810	3.813	0,20%	3	3.807	3.810	0,20%
	<u>1.965.977</u>	<u>11.927</u>	<u>1.977.904</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.857.718</u>	<u>11.904</u>	<u>1.869.622</u>	<u>100,00%</u>

#### 24. Reserva de lucros

O montante registrado na conta de “Reserva de lucros” corresponde às reservas legal, estatutária, incentivos fiscais e de retenção de lucros, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, conforme deitadas a seguir:

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída anualmente como destinação de até 10% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva estatutária tem por fim ser usada para pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluindo pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Através do Laudo Constitutivo nº 0086/2017, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de modernização de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 528.001.800 m<sup>3</sup>/ano, correspondente a 100% da capacidade do empreendimento modernizado, a partir do ano-calendário de 2017, por um prazo de 10 anos, com término no ano-calendário de 2026.

d) Reserva de retenção de lucros

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de retenção de lucros é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito conforme estabelece o art. 199 da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.

	Saldo 31/12/2017	Realização	Saldo 31/12/2018	Realização	Saldo 30/06/2019
Ativo não circulante					
Ativo financeiro, imobilizado e intangível	784.887	(43.138)	741.749	(20.624)	721.125
<u>Passivo não circulante</u>					
Impostos diferidos	(266.862)	14.667	(252.195)	7.012	(245.183)
<u>Patrimônio líquido</u>					
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>518.025</u>	<u>(28.471)</u>	<u>489.554</u>	<u>(13.612)</u>	<u>475.942</u>

25. Informações por segmento

A Administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional, apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamento sanitário em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto, os custos correspondentes não podem ser segregados em função da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado);

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta - água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados à prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo setor financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2019	30/06/2018
Lucro antes do imposto	128.003	91.526
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	43.521	31.119
Despesas indedutíveis	3.604	10.670
Realização do custo atribuído	7.012	7.574
Outras despesas não dedutíveis	595	568
Reversão de provisões indedutíveis	1.657	(13.073)
Benefícios Fiscais	(1.042)	(600)
Outros itens	4	37
Imposto de renda e contribuição social correntes	55.351	36.295
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	(15.794)	(13.022)
	39.557	23.273
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.599)	(5.861)
Encargo fiscal	25.958	17.412
Alíquota efetiva	20,28%	19,02%

A alíquota de imposto média em 30 de junho de 2019 é de 20,28% (19,02% em 30 de junho de 2018).

27. Partes relacionadas

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

- Repasses de recursos recebidos do Governo do Estado do Ceará, decorrentes do financiamento contratado pelo Governo junto à Caixa Econômica Federal, o qual vem sendo pago pela Companhia por força do Convênio celebrado entre a Secretaria das Cidades e a CAGECE (Nota 17.ii).

b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos;
- Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato;
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no período findo em 30 de junho de 2019, correspondeu a R\$ 5.828 (R\$5.302 em 30 de junho de 2018) e está registrada na rubrica "custos dos serviços prestados";
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais.

28. Honorários da Administração

Conforme publicação em Diário Oficial a remuneração para os Administradores ficou em R\$ 13 mensais aos diretores e de R\$17 mensais ao presidente. Permanecendo a remuneração dos Conselheiros Administrativos e Fiscais no valor R\$ 5 mensais para cada Conselheiro, em atendimento à Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme os mesmos critérios anteriormente aprovados em 2016.

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, em 30 de junho de 2019, totalizou em R\$1.492 (R\$ 1.516 em 30 de junho de 2018), registrado na rubrica "Despesas administrativas da demonstração de resultado".

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 29. Instrumentos financeiros

Considerando os termos da CVM nº 550/08, a Companhia procedeu à avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	30/06/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Ativos financeiros - contratos de concessão	278.863	278.863	224.361	224.361
Contas a receber de clientes	296.710	296.710	269.913	269.913
Caixa e equivalentes de caixa	735	735	1.206	1.206
Aplicações financeiras	169.020	169.020	162.905	162.905
Depósitos vinculados a convênios	106.465	106.645	78.381	78.381
<b>Passivos financeiros</b>				
Incentivo à aposentadoria - PRSP	101.642	101.642	98.725	98.725
Empréstimos e financiamentos	368.646	366.615	397.096	398.997
Fornecedores	127.975	127.975	124.618	124.618
Obrigações com clientes	3.446	3.446	3.558	3.558
Arrendamento mercantil	14.551	14.551	-	-

## Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (impairment) no caso de contas a receber estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Instituições financeiras	Taxa contratual	Período de meses	Taxa de mercado
Caixa Econômica Federal	Juros de 6% a 8% + taxa adm de 1% ou 2% + risco de crédito de 0,3% a 1,7% + atualização monetária FGTS (TR)	154	9%
Santander	Operação Finame: TJLP 2,10% + 3% (remuneração do agente)	38	10,51%
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará	Juros de 6,5% a 8% + 2% taxa adm + 2% risco de crédito	26	9%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	i) Juros de 1,81% a.a. + TJLP; ii) 2,71% a.a. + TJLP	62	8,89%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	i) Juros de 3,69% a.a. + 1,15% (spread BID); ii) juros de 0,84% a.a + 1,15% a.a (Spread BID) + Mecanismo Unimonetário convertido via Libor	123	3,78%

### 30. Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia.

A Cageprev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização) e definida. Em linha com a modalidade definida, a Companhia faz contribuições à Cageprev de forma obrigatória e contratual. Portanto, a Companhia não possui qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 30 de junho de 2019, a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R\$1.724 (R\$1.494 em 30 de junho de 2018). A Cageprev encerrou em 30 de junho de 2019 com 1.452 participantes (1.459 em 31 de dezembro de 2018), sendo 1.366 (1.378 em 31 de dezembro de 2018) ativos e 86 (81 em 31 de dezembro de 2018) assistidos e apresentando um patrimônio da ordem de R\$217.056 (R\$202.109 em 31 de dezembro de 2018).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela Cageprev, a qual emitiu parecer datado de 07 de fevereiro de 2019, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da Cageprev.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

	<u>30/06/2019</u>
Taxa real anual de juros	5,25% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-83

31. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação do período é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	102.014	74.090
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	31	24
	<u>102.045</u>	<u>74.114</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	180.766	178.063
Média ponderada de número de ações preferenciais	57	57
	<u>180.823</u>	<u>178.120</u>
	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	0,56	0,42
Ação preferencial	0,60	0,46



## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

### 32. Receitas de serviços

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita de serviços de abastecimento de água	565.679	516.706
Receita de serviços de esgotamento sanitário	218.681	194.850
Receita de construção	<u>45.236</u>	<u>40.012</u>
	829.596	751.568
Impostos sobre vendas	(72.553)	(65.819)
Receita líquida	<u><u>757.043</u></u>	<u><u>685.749</u></u>

As áreas de atuação da Companhia encontram-se localizadas dentro do estado do Ceará. Adicionalmente, não foram identificados impactos significativos dos CPCs 47 e 48.

### 33. Custos dos serviços prestados

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Insumos	(116.618)	(107.043)
Serviços	(111.126)	(103.593)
Depreciação e amortização	(112.696)	(69.670)
Pessoal	(51.091)	(50.715)
Materiais	(13.996)	(10.574)
Custos gerais	(11.755)	(11.998)
Concessão	<u>(5.828)</u>	<u>(5.302)</u>
Custos operacionais	(423.110)	(358.895)
(-) Créditos de PIS e COFINS	21.686	22.228
Custos operacionais líquidos	<u>(401.425)</u>	<u>(336.667)</u>
Custos de construção	(45.236)	(40.012)
	<u><u>(446.661)</u></u>	<u><u>(376.679)</u></u>

O grupo Serviços compreende os custos com serviços de manutenção e operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros, serviços técnicos profissionais, serviços de cortes e religações, serviços de vigilância do sistema e demais serviços.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

A variação na rubrica de “depreciação e amortização”, foi em virtude do aumento na Taxa WACC utilizada para o cálculo da atualização do ativo financeiro.

34. Despesas comerciais

	30/06/2019	30/06/2018
Serviços	(44.796)	(38.612)
Provisão para perdas de credito estimada	(25.050)	(21.631)
Pessoal	(11.997)	(11.836)
Gerais	(2.718)	(3.820)
	<u>(84.561)</u>	<u>(75.899)</u>

35. Despesas administrativas

	30/06/2019	30/06/2018
Pessoal	(71.588)	(73.188)
Serviços	(33.396)	(30.214)
Causas judiciais	(5.803)	(110)
Gerais	(5.522)	11.085
Tributária	(12.283)	(11.236)
Transportes	(1.543)	(3.304)
Depreciação e amortização	(1.604)	(1.456)
Honorários da administração	(1.492)	(1.517)
	<u>(133.231)</u>	<u>(109.940)</u>

36. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	7.954	3.612
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 11) (a)	49.925	10.520
Juros recebidos de clientes	6.977	6.489
Atualização monetária	144	676
Juros ativos	1.586	1.013
Variação cambial ativa	17.804	8.845
( - ) PIS/Cofins s/ receita financeira	(3.095)	-
	<u>81.295</u>	<u>31.155</u>
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(12.477)	(11.275)
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(7.579)	(4.669)
Atualização monetária	(955)	(358)
Variação cambial passiva	(16.414)	(40.900)
Outras	(3.563)	(1.552)
	<u>(40.988)</u>	<u>(58.754)</u>
	<u>40.307</u>	<u>(27.599)</u>

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

---

- (a) A variação na receita de atualização do ativo financeiro deve-se ao aumento na Taxa WACC utilizada para o cálculo do valor presente do ativo financeiro.

#### 37. Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

Neurisangelo Cavalcante de  
Freitas  
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes  
Leite  
Diretor de Operações

Francied Assis de Mesquita  
Ciriaco  
Diretor de Planejamento e  
Captação de Recursos

Cláudia Elizângela Caixeta Lima  
Diretora de Mercado e Unidade de  
Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez  
Diretor de Unidade de Negócio  
do Interior

José Carlos Lima Asfor  
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini  
Diretor de Gestão Corporativa

Fabiana Melo Feijão  
Diretora Jurídica Interina

Pedro Henrique Leite Gomes  
Contador CRC/CE 018577/O-8

Flávia Liduina Costa Gurgel  
Gerente de Contabilidade